



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010398-48.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Requerente: **João Roberto Donato Mello Catanduva ME**
 Requerido: **Antônio Moreira**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

JOÃO ROBERTO DONATO MELLO CATANDUVA ME ajuizou ação (nominada) de **ENRIQUECIMENTO ILÍCITO** contra **ANTÔNIO MOREIRA**, alegando, em resumo, que é credor do réu da importância de R\$ 2.750,00, referente ao cheque de nº 000061, agência 0364, conta 13 03314 8, Banco Santander, da cidade de Santa Lúcia/SP. Ao apresentar o cheque para compensação, foi devolvido. Por diversas vezes entrou em contato com o requerido visando receber o crédito amigavelmente, porém sem êxito. Pleiteia a condenação do acionado ao pagamento da quantia indicada na inicial.

Citado (pág. 24), o acionado não apresentou contestação.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de provas (art. 355, II, do Código de Processo Civil), eis que a inércia do acionado faz com que se produzam os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial (art. 344, do CPC).

Trata-se de ação na qual o autor busca o pagamento de quantia devida, por conta de cheque não compensado. O requerido não apresentou defesa, tornando-se revel.

Dispõe o art. 344, do Código de Processo Civil:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

No caso dos autos, o requerido, como mencionado, não apresentou defesa, de modo que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, pelo requerente, notadamente o valor devido. Ademais, logrou o autor demonstrar documentalmente a relação jurídica existente entre as partes, de modo que cabia ao acionado a prova do pagamento ao autor do valor reclamado, sendo que este, contudo, ficou-se inerte, concluindo-se daí o não pagamento.

Em suma, impõe o reconhecimento da revelia e da procedência do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **JOÃO ROBERTO DONATO MELLO CATANDUVA ME** contra **ANTÔNIO MOREIRA**, acolhendo o pedido inicial, para condenar o acionado ao pagamento da importância de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais), com correção monetária (Tabela TJSP) e juros moratórios de 1% ao mês, na forma postulada pelo credor (pág.3). Sucumbente, o requerido responderá pelo reembolso das custas despendidas pelo autor e pela verba honorária fixada em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.R.I.

Araraquara, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.**